

PCAC na Transpetro

Sem avanços, greve “pipoca”

A FUP está cobrando uma nova rodada de negociação com a Transpetro, nesta semana, para buscar os avanços cobrados pelos trabalhadores. Na reunião do Conselho Consultivo, quinta-feira, 23, a FUP e os sindicatos filiados definiram um calendário de mobilização, com greve “pipoca” a partir do dia 10 de setembro, caso a subsidiária não implemente as conquistas obtidas no PCAC da Petrobrás.

Os petroleiros da Transpetro querem o abono de 30%, a RMNR, os enquadramentos e descritivos dos cargos conforme praticado pela Petrobrás, assim como a valorização das carreiras de manutenção, de inspeção e automação e do administrativo nos mesmos moldes da *holding*.

O Conselho Consultivo também apontou a necessidade de realizar urgentemente um seminário nacional para discutir a estrutura da Petrobrás e a revisão da atual legislação do setor petróleo, assim como do projeto da Lei do Gás que está em tramitação no Congresso Nacional. A igualdade de condições de trabalho e salários na Transpetro está diretamente associada à bandeira de luta da FUP de reincorporação da subsidiária. Discussão que mais do que nunca está na ordem do dia da categoria.

**A Vale é
do Brasil!**

Plebiscito popular pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce – de 01 a 09 de setembro.

editorial

Fazendo história na previdência complementar



O saneamento do Plano Petros e a implementação do Plano Petros 2 abrem uma nova perspectiva em relação à previdência complementar dos trabalhadores do Sistema Petrobrás. O Plano Petros 2, que nestes dois primeiros meses de abertura já ultrapassa os 17 mil participantes, é considerado referência pelos demais fundos de pensão fechados. O Plano Petros, que lutamos durante anos para solucionar seus problemas e déficits, terá aportes de mais de R\$ 6 bilhões através de acordo histórico negociado pela FUP e referendado por 73% dos participantes e assistidos que repactuaram. Estamos, portanto, consolidando uma série de conquistas que irão fortalecer a nossa previdência complementar, fazendo dos petroleiros uma categoria de vanguarda nesta questão.

A Petros já é hoje o segundo maior fundo de pensão do país, tanto em termos de patrimônio, quanto em número de participantes. A Previ, que ocupa a primeira posição no ranking, tem um superávit de R\$

36 bilhões, que beneficiou os trabalhadores do Banco do Brasil participantes e assistidos do Plano 1. Da mesma forma que repactuamos o Plano Petros, os bancários aprovaram há dez anos a desvinculação do reajuste dos aposentados e pensionistas da tabela salarial da ativa, com a implantação de um indexador econômico. Em 1999, negociaram com o Banco do Brasil a implantação do Plano 2, o *Previ Futuro*, e estão hoje colhendo os frutos desses acordos.

Outros fundos de pensão fechados, como a Valia (fundo de pensão dos trabalhadores da Vale do Rio Doce), também estão transformando superávits em benefícios para os seus participantes e assistidos. O próximo deve ser a Faelce (fundo de pensão dos trabalhadores da Coelce – Companhia de Energia Elétrica do Ceará). Os petroleiros também já têm hoje garantidas todas as condições para em breve consolidarem superávits em seus planos de previdência complementar.

No Plano Petros, por exemplo, as mudanças serão radicais. Através da repactuação, sairemos de uma histórica situação de sucessivos déficits para um promissor futuro de iminentes superávits. Da mesma forma como ocorreu na Previ, que tem registrado superávits seguidos desde o fechamento e saldamento do Plano 1. Na época, as negociações conduzidas pelos trabalhadores do Banco do Brasil sofreram resistências, principalmente das associações de aposentados, cuja maioria agora reconhece as conquistas obtidas.

Nossa categoria também passou pela mesma situação. Mas, assim como os bancários, os petroleiros acreditaram em suas representações sindicais, confiaram no processo transparente e democrático de negociação e agora começam a colher os frutos dessas conquistas, que serão determinantes para o futuro da nossa categoria.

ERRATA - Na edição anterior, 816, mencionamos no editorial “Lei 9478 – dez anos de resistência” os ataques do governo José Serra aos metroviários. Erramos ao escrever no texto metalúrgicos, em vez de metroviários. Pedimos desculpas à categoria pelo engano cometido.

Lei do Gás pode ser votada esta semana

Os parlamentares que participam da Comissão Especial que discute a Lei do Gás na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados Federais devem votar esta semana o Projeto de Lei 6673/06, que regulamentará a indústria de transporte de gás no Brasil. A Lei do Gás permitirá que o Ministério das Minas e Energia e a ANP autorizem licitações públicas para operação e construção de gasodutos, além de regulamentar a estocagem e comercialização do gás natural.

Se aprovado, o atual Projeto de Lei causará prejuízos à Petrobrás que, além de compartilhar com o setor

privado os seus gasodutos, UPGNs e demais estruturas de transporte de gás, terá que transferir para as distribuidoras estaduais o produto utilizado para seu consumo próprio. Ou seja, a Petrobrás terá que comprar de volta o gás que abastece suas unidades industriais, o que encarecerá a produção e poderá, até mesmo, inviabilizar as fábricas de fertilizantes (FAFENS).

A FUP estará novamente em Brasília, fazendo gestões para alterar o Projeto de Lei, pois terá impactos negativos não só para a Petrobrás, como para as termoeletricas e toda a indústria de petroquímica que utiliza o gás natural como matéria prima. ■

Petroleiros iniciam campanha reivindicatória

A FUP e seus sindicatos filiados apresentam à Petrobrás e suas subsidiárias na sexta-feira, 31, a pauta de reivindicações dos trabalhadores. A campanha reivindicatória dos petroleiros tem por base as reivindicações aprovadas no XIII CONFUP e referendadas pela categoria. Os trabalhadores do Sistema Petrobrás reivindicam a reposição da inflação do período pelo IGV-Dieese mais 5% de aumento real, além de condições seguras de trabalho para todos os petroleiros, implantação da OLT (Organização por Local de Trabalho), primeirização das atividades permanentes, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, reposição das perdas passadas acumuladas durante os planos econômicos, entre outras bandeiras de luta. ■

Conselho Deliberativo da Petros aprova mudanças no regulamento do Plano Petros

Nesta sexta-feira, 24, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as mudanças no regulamento do Plano Petros, fruto do processo de repactuação que teve adesão de 73% dos participantes e assistidos do Sistema Petrobrás. Dos conselheiros eleitos, somente Paulo César votou favoravelmente às mudanças referendadas pelos participantes. Mais uma vez, os conselheiros Yvan Barreto e Paulo Brandão, apesar de eleitos pelos trabalhadores, votaram contra os interesses dos participantes e assistidos. O novo regulamento do plano será agora submetido à Secretaria de Previdência Complementar. A FUP já reivindicou que a Petrobrás e a Petros efetuem imediatamente o pagamento dos novos benefícios dos assistidos que repactuaram, assim como dos retroativos. ■

O que mudou no Plano Petros para quem repactuou

Foram alterados os artigos 41 (Fator de Correção - FC) e 42 (Fator de Atualização - FAT). Esses artigos prevêm a forma de reajuste dos benefícios assegurados pelo Plano Petros. Com a mudança garantida pela repactuação, o reajuste dos benefícios passa a ser pelo IPCA, índice de custo de vida calculado pelo IBGE. Outra mudança é a desvinculação das

parcelas da Petros e do INSS que compõem o valor total do benefício. O reajuste da parcela da Petros segue a data-base da ativa (setembro) e será corrigido pelo IPCA. O reajuste da parcela do INSS será feito conforme o calendário do Instituto (atualmente em abril) e será corrigido pelo índice da previdência oficial, que atualmente é o INPC. ■

Próximo passo: Acordo judicial

A FUP e os sindicatos signatários da Ação Civil Pública que cobra a cobertura dos déficits do Plano Petros celebrarão um acordo judicial com a Petrobrás e a Petros, quitando alguns dos itens da Ação que foram objeto da repactuação: revisão do Convênio Pré-70, introdução do FC e do FAT, pagamento da geração futura, correção do cálculo das pensões, custeio paritário da patrocinadora com os assistidos. Os demais itens da Ação FUP continuarão sendo cobrados. O acordo judicial estabelecerá também os valores e a forma de pagamento das dívidas que a Petrobrás e subsidiárias acordaram com a FUP e os sindicatos. Os valores foram aprovados pela Diretoria Executiva da empresa, após terem sido auditados pelas assessorias da FUP e da estatal. No último dia 17, a Petrobrás divulgou comunicado aos acionistas, informando a aprovação dos valores que serão destinados ao saneamento do Plano Petros. ■

Plano Petros 2: Última semana para garantir o serviço passado

Termina na quarta-feira, 29, o prazo de adesão ao Plano Petros 2 para os trabalhadores que quiserem garantir o recebimento na íntegra do serviço passado. No dia 29, encerra-se também o seguro de vida mantido pela Petrobrás para os petroleiros que foram admitidos a partir de agosto de 2002 e permaneceram até o momento sem plano de previdência complementar. A FUP orienta todos os trabalhadores que estão nesta situação a aderirem imediatamente ao Plano Petros 2. Além do recebimento integral do serviço passado, o trabalhador contará com todas as garantias previdenciárias do plano. Segundo a Petros, até o último dia 23 o Plano Petros 2 já havia registrado 17.822 inscrições, atendendo a 78% dos trabalhadores do Sistema Petrobrás que estavam, até então, sem plano de previdência complementar. ■

Sindicatos assinam acordo de PLR

Todos os sindicatos da FUP assinaram o acordo de pagamento da parcela final da PLR 2006. A Federação discutirá com a Petrobrás regras e critérios permanentes para definir o provisionamento e as forma de pagamento e distribuição da PLR de 2007 e dos exercícios seguintes. A empresa se comprometeu a efetuar o adiantamento da próxima PLR em janeiro do ano que vem. ■